



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO BÁSICO

Versão 2.0 - SMAD/DILC - Atualizada em 17 jan. 2025

1. IDENTIFICAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Número do Processo Administrativo: XXXX/2025 OU a ser numerado pela DILC.
- 1.2. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.
- 1.3. Identificação: Para efeito das presentes especificações, o termo PMFI ou Contratante significa Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, que contratará os serviços; o termo Contratada define a empresa que executará os serviços, e o termo Fiscalização define a equipe que representará a PMFI perante a contratada, a quem este último deverá se reportar.

1.4. Definição do objeto:

Recape asfáltico de vias urbanas em CBUQ, totalizando 62.918,19 m², incluindo serviços preliminares, fresagem, demolição do pavimento existente, execução de base e sub-base quando necessário, aplicação de revestimento asfáltico, sinalização viária, ensaios tecnológicos e instalação de placa de obra.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	CÓD. GHG	UNID. MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
412160	Obras Civas de Pavimentação Asfáltica	1406	12160	m ²	62.918,19	R\$5.237.362,67

1.5. Local de execução dos serviços: Os serviços serão executados na AVENIDA JULES RIMET T1 (ENTRE AVENIDA COSTA E SILVA E RUA ITAPEMIRIM); AVENIDA JULES RIMET T2 (ENTRE RUA MANÉ GARRINCHA E AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA); RUA PARANAPANEMA (ENTRE RUA MUCURIPE E RUA IAPÓ); RUA JÚLIO DELAMARE (ENTRE RUA PARANAPANEMA E AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA).

1.6. Fundamentação e descrição da necessidade da contratação: A fundamentação da contratação e de seus quantitativos, bem como a descrição da solução como um todo, encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Projeto Básico.

1.7. O objeto desta contratação é caracterizado como **obra**, de natureza **comum**, conforme justificativa constante dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.8. O objeto da contratação foi previamente aprovado pela autoridade competente.

1.9. Número do contrato vigente ou vencido: Não há contrato vigente ou vencido para o mesmo objeto.

1.10. O prazo de vigência do presente Contrato é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

1.11. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo firmado no contrato.

1.12. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

2. ANEXOS

2.1. Fazem parte do presente Projeto Básico os seguintes anexos:

- 2.1.1. Documento de Formalização de Demanda;
- 2.1.2. Estudo Técnico Preliminar;
- 2.1.3. Memorial Técnico Descritivo;
- 2.1.4. DMT;
- 2.1.5. Dados de Obra;
- 2.1.6. Planilha de Composição do BDI;
- 2.1.7. Orçamento por Ruas
- 2.1.8. Orçamento Global (com curva ABC)
- 2.1.9. Cronograma Físico-Financeiro;
- 2.1.10. ARTs e RRTs;
- 2.1.11. Pranchas dos projetos;
- 2.1.12. Cópia do Contrato de Repasse/Convênio/Emenda.
- 2.1.13. Declaração do Ordenador de Despesas
- 2.1.14. Declaração de Gestor e Fiscais de Contrato;
- 2.1.15. Declaração de Contrapartida
- 2.1.16. Laudo do Teste de Carga (Viga Benkelman das 3 ruas)
- 2.1.17. Justificativa de não Apresentação de Projetos em BIM
- 2.1.18. Plano de Amostragem
- 2.1.19. Ficha de Parecer Urbanístico
- 2.1.20. Questionário Ambiental
- 2.1.21. Relatório Fotográfico



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **Sustentabilidade:**

3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU ou da Justiça do Trabalho:

- 3.1.1. Atender aos critérios de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 3.1.2. Gestão adequada de resíduos sólidos gerados; a redução de emissões de poluentes, do consumo de energia e de recursos naturais;
- 3.1.3. Ater-se às normativas municipais e do IAT (Instituto Água e Terra do Estado do Paraná);

- **Do tipo de contratação, modalidade, critério de julgamento, regime de execução de adjudicação do objeto e modo de disputa:**

3.2. Tipo de contratação: A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

3.3. Modalidade de licitação: Os serviços a serem contratados apresentam intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características de bem imóvel, ou seja, **obra comum de engenharia**. Logo, considerando o disposto no art. 120 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, a **concorrência** é a modalidade indicada.

3.4. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP: Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços, uma vez que é de conhecimento prévio do órgão os quantitativos necessários para atingimento do objetivo do projeto.

3.5. Critério de julgamento da contratação: Será adotado o critério de julgamento “**menor preço**”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução de adjudicação do objeto: Será adotado o regime de empreitada por preço “**global**”. Tal opção decorre de se tratar de serviços compostos por etapas complementares e interligadas. A execução de um serviço interfere na execução de outro, existindo uma grande interdependência entre eles. Caso cada serviço fosse contratado separadamente geraria dificuldades em definir a responsabilidade de cada empresa prestadora de serviços bem como haveria dificuldade de atender de forma adequada a demanda. Dessa forma, não é viável a contratação de empresas diferentes para a execução de itens isolados.

3.6. Modo de disputa: Será adotado o modo de disputa “**aberto**”.

- **Participação de consórcio e cooperativas:**

3.7. Participação ou não de consórcios de empresas: É permitida a participação de consórcio de empresas, na forma de até 3 (três) empresas, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo cumprir os requisitos:

- 3.7.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



- 3.7.2. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 3.7.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 3.7.4. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 3.7.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

3.8. Participação ou não de sociedades cooperativas: As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

• **Subcontratação:**

3.9. Previsão de subcontratação parcial do objeto:

- 3.9.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
 - 3.9.1.1. É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação.
 - 3.9.1.2. A subcontratação fica limitada a 20% (vinte por cento), para os seguintes itens:
 - 3.9.1.3.
 - Fresagem
 - Sinalização de Trânsito;
 - Ensaios tecnológicos.

3.10. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Memorial Técnico Descritivo, anexo deste Projeto Básico, promovendo sua substituição quando necessário.

• **Da Margem de Preferência Local:**

3.11. Considerando que o valor total da contratação ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), esta licitação não terá exclusividade de participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme Lei Complementar 123/2006, art. 48, inciso I.

3.12. Considerando que o serviço da contratação não se trata de bens divisíveis, a licitação não terá cota reservada de 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme Lei Complementar 123/2006, art. 48, inciso III.



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



3.13. Afastado o benefício de licitação exclusiva ou de cota reservada até 25%, torna-se inviável aplicação de margem de preferência para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados localmente de que trata o Decreto Municipal nº 32.398/2024 art. 152 e Decreto Municipal nº 30.699/2022.

3.14. A administração poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme Lei Complementar 123/2006, art. 48, inciso II.

3.15. A exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte não se aplica, pois não há justificativa técnica ou econômica que demonstre a necessidade dessa imposição. Além disso, a obrigatoriedade poderia restringir a competitividade do certame e limitar a participação de empresas que, embora plenamente qualificadas, não tenham condições de atender a essa exigência específica.

• **Garantia da Contratação:**

3.16. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas a seguir:

3.16.1. No percentual de 5% (cinco por cento);

3.16.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

3.16.3. No caso de seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

3.16.4. Nos termos do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Essa garantia adicional corresponderá à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta vencedora, sem prejuízo das demais garantias contratuais exigíveis previstas na legislação e no edital.

3.17. Em relação ao prazo de garantia para os materiais e serviços executados, este deve ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses contados após a conclusão da obra.

3.17.1. Em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, em conformidade ao art. 618 do Código Civil.

3.18. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação

• **Vistoria:**



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



3.19. Necessidade de Vistoria: A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

3.19.1. A solicitação de agendamento de vistorias no local de execução das obras será permitida até 72 (setenta e duas) horas antes da abertura do certame e deverá ser agendada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no período entre 08h00min e 14h00min, através do telefone (45) 3308-2142 – Andressa Bianco Estruzani Engenheira Civil Júnior – Diretoria de Pavimentação.

3.19.2. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.19.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.19.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.19.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

• Condições de Execução:

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1. O **prazo para início da execução** do objeto é de até **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

4.1.2. O **prazo para execução** do presente objeto é de **180(cento e oitenta) dias**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

4.1.2.1. A prestação dos serviços contratados será efetuada mediante Ordem de Serviço – OS emitida pela Secretaria Municipal de Obras através da Diretoria de Pavimentação, a qual fará a emissão da referida ordem de serviço após a formalização do contrato e apresentação do plano disposto no presente Projeto Básico.

4.1.2.2. Na ocasião da emissão da Ordem de Serviço (OS), a Contratada poderá ser convocada a participar de reunião com a fiscalização, na qual será realizado o estudo e o planejamento do objeto do presente Projeto Básico.

4.1.3. Os métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, bem como a frequência e a periodicidade de execução dos serviços deverão, obrigatoriamente, obedecer às exigências estabelecidas no projeto geométrico, no memorial técnico descritivo, no cronograma físico-financeiro e nos demais documentos técnicos e administrativos fornecidos no processo licitatório. Sendo de responsabilidade da Contratada, gerenciar equipamentos, maquinários e funcionários para cumprimento dos prazos.

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

6 / 26





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



4.2. Condições de entrega a ser seguido conforme:

I - As obras de pavimentação estarão sujeitas a controle tecnológico obrigatório, a ser realizado pela Contratada, mediante execução dos ensaios previstos em planilha orçamentária e normas técnicas vigentes, com apresentação dos respectivos relatórios acompanhados de ART, bem como pela Contratante, diretamente ou por empresa por ela designada, para fins de verificação da conformidade dos serviços. Logo, cabe a Contratada produzir Relatórios de Controle Tecnológico com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para obras e/ou serviços de engenharia;

II - O aceite, a medição e o pagamento somente ocorrerão mediante atendimento integral às exigências técnicas estabelecidas nas normas aplicáveis e nos documentos contratuais, sendo considerados não conformes os serviços que não atendam aos parâmetros normativos, inclusive quanto a valores limites e critérios estatísticos.

III - Na ocorrência de divergência entre os resultados dos ensaios apresentados pela Contratada e aqueles obtidos pela Contratante, prevalecerão, para fins de aceite, medição e pagamento, os resultados apurados pela Fiscalização até que se proceda à verificação técnica complementar.

IV - Conferir se o Projeto de dosagem de material está claro com relação aos parâmetros cruciais à adequada caracterização da massa de CBUQ, principalmente nos quesitos: teor ótimo de betume, vazios totais, densidade aparente, estabilidade, vazios do agregado mineral, vazios cheios de betume, densidade teórica da mistura, faixa de trabalho, dentre outros necessários à caracterização da **dosagem**.

VII - Conferir se o Projeto atende às disposições das seguintes normas: **a)** Norma Técnica do DER/PR ES-PA 21/23: Pavimentação: Concreto Asfáltico Usinado à Quente,

- **Local da Prestação dos Serviços:**

4.3. Os serviços serão prestados na Avenida Jules Rimet, Rua Paranapanema, Rua Júlio Delamare, na Sede do Município de Foz do Iguaçu.

- **Materiais a serem disponibilizados:**

4.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos anexos deste Projeto Básico, promovendo sua substituição quando necessário.

- **Especificação da garantia do serviço:**

4.5. Em relação ao prazo de garantia para os materiais e serviços executados, este deve ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses contados após a conclusão da obra.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



4.5.1. Em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, em conformidade ao art. 618 do Código Civil.

4.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

• Da Logística Reversa

4.7. Sendo aplicável a logística reversa para o objeto da presente licitação, incube-se à Contratada o atendimento ao Decreto 30.842/2022 do Município de Foz do Iguaçu, nos aspectos dos quais se fizerem necessários

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A assinatura do contrato implica na aceitação plena das condições estabelecidas neste Projeto Básico. A Contratada ao aceitá-las, assumirá a única e irrecusável responsabilidade pelo correto e completo cumprimento de seus preceitos.

5.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.7. As disposições previstas neste Projeto Básico não excluem o disposto na legislação municipal, em especial os Decretos Municipais nº 32.397/2024 e nº 32.398/2024.

5.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117 *caput*:

5.8.1. **Gestor do contrato:** Fabio Cardoso Neves

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

8 / 26



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



5.8.2. **Fiscal técnico:** Andressa Bianco Estruzani

5.8.3. **Fiscal administrativo:** Anne Gabrielle Ferreira dos Santos

5.9. A fiscalização técnica dos serviços contratados será feita pela Secretaria Municipal de Obras, através de servidor designado no item 5.8, que acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

5.9.1. O fiscal técnico do contrato poderá requerer a contratada os documentos necessários para aferir e regular o cumprimento do objeto contratual, tais como registros dos empregados contratados para averiguar a regular contratação destes, assim como deverá ter amplo e livre acesso ao canteiro de obras, sem aviso prévio a fim de executar as atividades inerentes à fiscalização.

5.9.2. Caberá ao fiscal técnico, ainda, dirimir eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por parte da contratada podendo, para tanto, solicitar acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos, através da Diretoria de Gestão e Controle de Recursos, que auxiliará em todo o processo de execução do objeto do presente projeto básico, cujo trabalho será monitorado através da fiscalização com realização de relatórios prestados diretamente à DIAV/SMOB, e que caso requerido, poderão ser apresentados a outros órgãos da administração pública municipal, tais como a Secretaria responsável pela gestão financeira e orçamentária da obra e a Procuradoria Geral do Município.

5.9.3. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

5.9.4. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.9.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.9.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.9.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

5.10. A fiscalização administrativa do contrato será feita pela Secretaria Municipal de Obras, através de servidor designado no item 5.8, que verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

5.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



5.10.2. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.11.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

5.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

5.11.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.11.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.11.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.11.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.12. Todos os serviços executados serão submetidos à aprovação da fiscalização técnica, inclusive com verificação “*in loco*” do andamento da obra e aprovação da planilha de medição, sendo que durante a fiscalização poderá ser requerido pelo fiscal o acompanhamento e colaboração da Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos, através da Diretoria de Gestão e Controle de Recursos.

5.13. Deve a fiscalização tomar as providências necessárias para garantir a execução integral do objeto previsto no presente Projeto Básico.

5.14. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



5.14.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.14.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às orientações contidas na Instrução Normativa N°001/2024, contida no Diário Oficial n° 4.948 de 2024.

• Das Obrigações da Contratante e da Contratada:

5.15. São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- 5.15.1. Promover o cumprimento do Contrato e documentos correlatos;
- 5.15.2. Dirimir eventuais dúvidas da Contratada;
- 5.15.3. Cumprir os termos e prazos descritos neste Projeto Básico;
- 5.15.4. Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela Contratada para execução dos serviços;
- 5.15.5. Efetuar os pagamentos devidos, nos termos contratados.
- 5.15.6. Outorgar à Contratada procuração para representação do Contratante perante terceiros, órgãos públicos e Distribuidora de Energia Elétrica de Foz do Iguaçu, com a finalidade exclusiva de realização dos serviços previstos no contrato.
- 5.15.7. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 5.15.8. Fiscalizar a prestação de serviços, comunicando à Contratada quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção.
- 5.15.9. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato.
- 5.15.10. Quando solicitado, fornecer as informações e documentos exigidos, para que a Contratada obtenha e mantenha válidas e vigentes as licenças aplicáveis.
- 5.15.11. Será paga uma ART pelos serviços da execução do objeto pela empresa vencedora do certame licitatório, para que ao executar estes, a mesma seja responsável pela qualidade dos serviços conforme previsto em contrato, durante o prazo previsto na legislação vigente.

5.16. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

- 5.16.1. Designar, por escrito, preposto, conforme item 7.4.
- 5.16.2. Providenciar, às próprias custas, a execução de sinalização (placas, cavaletes, faixas, tapumes) necessária, seguindo o disposto nos artigos n° 52 e 53, da Lei Complementar n° 07, de 18 de novembro de 1991 “Códigos de Posturas”, a sinalização das vias públicas por ocasião da realização das obras contratadas, para informar sobre:

5.16.2.1. Transtornos inerentes à execução dos serviços.



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



5.16.2.2. Rotas alternativas de trânsito dos colaboradores para evitar áreas de maior risco de acidentes.

5.16.2.3. Responsabilizar-se por acidentes que venham a ocorrer por falta ou deficiência de sinalização durante a execução dos serviços.

5.16.2.4. Tomar todas as providências necessárias para a manutenção da estética nos locais que sofrerão intervenções.

5.16.3. Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuam, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto à Contratante como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável;

5.16.4. Manter o local dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela sua execução, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos.

5.16.5. Remover detritos resultantes dos serviços, que deverão ser devidamente acondicionados, transportados e depositados em locais apropriados, para reciclagem ou descarte, de acordo com as normas aplicáveis.

5.16.6. Proteger paredes, pisos, portas, móveis e objetos das áreas próximas, utilizando lonas ou outros materiais adequados, se necessário.

5.16.7. Recolocar, nos respectivos lugares, móveis e equipamentos quando removidos para a execução dos serviços.

5.16.8. Retirar do local todas as ferramentas, equipamentos e materiais de sua propriedade dentro do prazo de 7 (sete) dias corridos após o término da vigência do Contrato.

5.16.9. Providenciar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação pela Fiscalização, recursos técnicos mais experientes ou qualificados para sanar quaisquer dúvidas técnicas que não forem esclarecidas pela equipe disponíveis ao Município de Foz do Iguaçu/PR.

5.16.10. Fornecer previamente ao Município de Foz do Iguaçu/PR relação dos seus profissionais e veículos que poderão ter acesso ao local, para registro e autorização de entrada pela Secretaria requisitante, informando os respectivos dados de identificação (nome, CPF, marca, modelo, cor, placa etc.).

5.16.11. Manter disciplina nos locais dos serviços e retirar e substituir, imediatamente, o empregado com conduta inconveniente, responsabilizando-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo Município de Foz do Iguaçu/PR, e instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Município.

5.16.12. Manter, durante a execução do objeto, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação.

5.16.13. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver.



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



5.16.14. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste.

5.16.15. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

5.16.16. Disponibilizar profissionais habilitados e devidamente qualificados para o desempenho dos serviços.

5.16.17. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao Município de Foz do Iguaçu/PR;

5.16.18. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Projeto Básico, salvo autorização específica do Município de Foz do Iguaçu/PR.

5.16.19. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do contrato a terceiros, mesmo que parcialmente, os serviços contratados, sem prévia anuência por escrito da Contratante.

5.16.20. Responsabilizar-se pela direção técnica e a execução dos serviços descritos neste Projeto Básico, cabendo à Contratante apenas a função de zelar pelo cumprimento do Contrato segundo os ditames legais e da boa técnica. A existência de fiscalização pela Contratante, portanto, não diminui nem atenua a responsabilidade da Contratada pela execução de qualquer serviço.

5.16.21. Zelar pelo patrimônio público, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco de danos ou prejuízos ao patrimônio.

5.16.22. Apresentar, às suas expensas, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada pelo(s) Engenheiro(s) Responsável(eis) Técnico(s) pela execução dos serviços, com registro válido no CREA;

5.16.23. Apresentar à Fiscalização, sempre que solicitado, detalhamento por escrito de qualquer procedimento ou serviço executado;

5.16.24. Notificar prontamente a Contratante de qualquer evento que venha a causar atrasos ou impedimentos à execução regular das obras ou serviços que possam impactar no correto funcionamento do objeto conforme os termos pactuados, descrevendo o evento ocorrido e indicando as providências a serem tomadas com respectivos prazos.

5.16.25. Quando do recebimento de correspondência, intimação, notificação, citação ou qualquer outra solicitação que seja de responsabilidade da Contratante, além de comunicar prontamente, deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do respectivo recebimento, cópia dos referidos documentos e comunicar à Contratante as providências eventualmente tomadas bem como tomar e sugerir providências para a sua solução.

5.16.26. Fornecer as informações solicitadas pelo Contratante, relacionados ao objeto do contrato.

5.16.27. Obter a autorização para a conexão de nova subestação à rede de distribuição junto à concessionária local, apresentando todos os documentos necessários para aprovação do pleito.

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

13 / 26



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5.16.28. Assumir os custos decorrentes de eventuais investimentos necessários à conexão com a Concessionária Local.

5.16.29. Obtenção de autorizações (alvarás, licenças etc.) dos órgãos competentes para viabilizar a execução, quando e se couber, ficando responsável pelos custos decorrentes de eventuais investimentos necessários para tanto.

5.16.30. Responsabilizar-se pelos danos ambientais e respectivas indenizações. Caso o Contratante assuma as responsabilidades oriundas dos danos ambientais fica assegurado o direito de regresso.

5.16.31. Garantir a veracidade das informações prestadas para cumprimento do contrato, assumindo, desde já, a responsabilidade e os prejuízos causados pela inexactidão, ausência ou inveracidade de tais informações.

5.16.32. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Foz do Iguaçu/PR, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

5.16.33. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Projeto Básico as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

5.17. Será ainda de responsabilidade da Contratada a fim de cumprir a legislação vigente para execução do objeto do presente Projeto Básico o cumprimento específico das condições dispostas a seguir:

5.17.1. Do licenciamento ambiental: Será de responsabilidade da empresa contratada todo o trâmite para a solicitação de autorização ambiental quando necessário, a qual deverá ser feita à Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA, de acordo com o previsto na manifestação da mesma, os quais deverão ser apresentados à PMFI antes do início da obra, ou seja, especificamente entre a assinatura do contrato e a expedição da ordem de serviço, nos casos especificados.

5.17.1.1. Da elaboração do TGRCC, RGRCC, TRA e PGRCC: Para construções, reformas e/ou ampliações acima de 600,00m² a empresa contratada deverá apresentar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, até o início da obra, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC. Também deverá ser apresentado a Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos – SMPC, até o início da obra, o Termo de Responsabilidade Ambiental – TRA, assinado pelo responsável técnico da Contratada e ao final da obra deverá ser apresentado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA o Relatório de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – RGRCC, com seus respectivos anexos, quais sejam, para devida análise. Após aprovação do RGRCC pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, o mesmo deverá ser apresentado a Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos – SMPC.

5.17.1.2. Durante toda a execução da obra, caberá a empresa contratada observar a correta destinação dos resíduos da construção civil, assim como efetuar a guarda documental que comprove a gestão dos resíduos, para fins de elaboração do RGRCC ao final da obra.

5.17.2. Do alvará de construção: não se aplica, por não ser uma edificação.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



• Das Sanções:

5.18. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e às demais cominações estabelecidas no Decreto Municipal nº 32.398/2024, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.18.1. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no art. 336 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

5.19. Nos termos do §3º do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos exigidos para a contratação implicará na execução integral do valor da garantia de proposta, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis previstas na legislação e no edital.

5.20. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista em edital, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 6.3.1.

5.21. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Decreto Municipal nº 32.398/2024, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Capítulo IX do referido Decreto Municipal.

5.22. Sem prejuízo das sanções previstas no edital e anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A medição dos serviços será efetuada pela equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Obras, a cada 30 (trinta) dias, e utilizará sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro, sendo que somente depois de verificada pela equipe de fiscalização “*in loco*” ocorrerá à liberação para inclusão na programação de pagamento.

6.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

6.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, depois de conferida a planilha emitida, na quantidade e qualidade especificadas pela Secretaria Municipal de Obras, e mediante a apresentação da nota fiscal, contendo a modalidade e o nº da licitação, agência e conta corrente em nome da





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Contratada, identificação do banco a ser depositado, devendo ser a referida Nota Fiscal devidamente atestada por servidor público responsável pelo recebimento da mesma.

6.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 6.3.1. Produtividade: avaliada conforme cronograma;
- 6.3.2. Critério de qualidade: respeito ao projeto, memoriais e normas vigentes;
- 6.3.3. Indicadores de desempenho: idem aos critérios de qualidade;

6.4. Da requisição de cancelamento ou reapresentação de Nota Fiscal:

- 6.4.1. Sendo identificada cobrança indevida na nota fiscal, a fiscalização poderá, a seu juízo, fazer a glosa dos valores indevidos ou solicitar formalmente à Contratada a reapresentação da nota fiscal corrigida. Em cada medição, poderá ser feita dedução relativa a multas contratuais eventualmente incorridas.

• **Do Recebimento:**

6.5. O Termo de Recebimento Provisório será emitido pela fiscalização, mediante termo detalhado, no prazo de 10 (dez) dias quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidos no contrato.

- 6.5.1. O termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi prestado o serviço, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

- 6.5.2. Sempre que possível deverá ser acompanhado de fotografias e demais documentos pertinentes.

- 6.5.3. O termo deverá ser subscrito pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo, de acordo com as competências de cada, com o ateste do Gestor do contrato.

6.6. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, no prazo de 30 (trinta) dias após o Termo de Recebimento provisório, que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.8. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.9. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



6.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

6.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.15.1. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.15.2. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.15.3. Emitir-se-á Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.15.4. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

• **Liquidação:**

6.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Municipal.

6.20. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

6.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.21.1. o prazo de validade;
- 6.21.2. a data da emissão;
- 6.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.21.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.21.5. o valor a pagar; e
- 6.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



6.24. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.25. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

• **Prazo de Pagamento:**

6.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da legislação municipal.

6.30. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

6.31. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

6.32. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.

• **Forma de Pagamento:**

6.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- **Antecipação de Pagamento:**

6.37. Nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021, não será admitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução das obras ou à prestação de serviços objeto deste Projeto Básico, devendo os pagamentos ocorrer exclusivamente após a efetiva execução dos serviços e a devida medição e atestação pela Fiscalização, observadas as condições contratuais e normativas aplicáveis.

- **Do Critério de Reajuste/Repactuação**

6.38. Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei federal nº 14.133/2021 e Lei federal nº 10.192 de 2001.

6.39. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

6.40. Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pela CONTRATADA.

6.41. Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento.

6.42. Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

6.43. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

6.44. O reajustamento de preços será concedido, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

6.45. I0 = índice INCC

• Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro:

6.46. Quanto à metodologia de cálculo para reequilíbrio econômico-financeiro para materiais derivados de petróleo, o procedimento de cálculo deverá ser feito conforme Instrução de Serviço Nº 10/DG/DNIT, de 16 de maio de 2019 e Resolução/DNIT Nº 13, de 2 de junho de 2021, ou última atualização vigente destas normativas. Planilha de Referencial de Preços – DER/PR – setembro de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Habilitação Jurídica: A habilitação jurídica exigida é aquela prevista no art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Capacidade Técnica: Tanto a empresa como os seus responsáveis técnicos deverão comprovar capacidade técnica mínima para executarem os serviços contratados e deverão comprovar qualificação técnica por meio dos seguintes documentos:

7.2.1. Capacidade Técnico-operacional:

7.2.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos, da região a que estiverem vinculados.

7.2.1.1.1. No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Paraná, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA-PR, CAU-PR na ocasião da assinatura do Contrato.

7.2.1.2. Atestado(s) e/ou declaração(ões) de Capacidade Técnico Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviço compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

i. Execução de recape em CBUQ – Total da obra 3.788,1 ton. Sendo a capacidade técnica de 50% do total da obra, ou seja, 1.894,05 ton.

7.2.1.3. Será permitido o somatório de diferentes atestado(s) e/ou declaração(ões), para o mesmo serviço.

7.2.1.4. A justificativa para a exigência de capacidade técnica mínima se dá considerando que:

- A aplicação de grandes volumes de CBUQ exige domínio técnico-operacional e planejamento logístico específico;
- A má execução do revestimento asfáltico acarreta sérios riscos à durabilidade da obra e à segurança dos usuários da via. É essencial que a empresa tenha experiência comprovada em volumes significativos, o que reduz a probabilidade de falhas técnicas;





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- iii. Empresas sem experiência suficiente estão mais suscetíveis a erros técnicos e improdutividade, o que pode resultar em paralisações, aditivos contratuais injustificados e aumento de custos para a Administração Pública.
- iv. A exigência de quantitativo mínimo de acervo proporcional está de acordo com orientações dos tribunais de contas estaduais e do TCU, que consideram razoável e proporcional a exigência de experiência técnica compatível com a dimensão do objeto contratado, especialmente em obras de infraestrutura viária.

7.2.2. Capacidade Técnico-profissional:

7.2.2.1. A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste Edital, devendo referir-se a profissional de nível superior e formação em Engenharia ou Arquitetura e que tenha vínculo com a empresa licitante;

7.2.2.1.1. A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o(a) profissional como sócio(a); carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do(a) responsável técnico(a), desde que acompanhada de declaração de anuência do(a) profissional;

7.2.2.1.2. Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s) junto ao CREA ou CAU da região a que estiver(em) vinculado(s);

7.2.2.1.3. Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do CONFEA.

7.2.2.2. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), com registro de atestado, (ou documento equivalente no conselho respectivo), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviços compatíveis em características com o objeto licitado, assim considerados:

- i. Execução de recape em CBUQ.

7.2.2.3. Será permitido o somatório de diferentes atestado(s) e/ou declaração(ões), para o mesmo serviço.

7.2.3. **Indicação de aparelhamento adequado:** Será necessário apresentar relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução dos serviços, conforme relação de equipamentos em anexo deste Projeto.

7.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:** A habilitação econômico-financeira exigida é aquela prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7.4. Qualificação econômico-financeira: A habilitação econômico-financeira exigida é aquela prevista no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista não ser aplicável a disposição do inciso III do art. 70 do mesmo normativo.

- A) Prova de capacidade financeira, apresentando as demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais.
8. A comprovação da situação financeira da empresa, conforme Declaração de Capacidade Operacional Financeira (ANEXO X) será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG):

(ILG) (valor maior que)	(ILC) (valor maior que)	(ISG) (valor maior que)
1	1	1

b.1) Os índices acima determinados são resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Solvência Geral (ISG):

$$ISG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Permanente} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Sendo:

AC - ativo circulante PC - passivo circulante AP - ativo permanente
RLP - realizável a longo prazo ELP - exigível a longo prazo

- b.2) Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.
- b. 3) A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.
- b.4) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



geral (SG), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.5) A Declaração de Capacidade Operacional Financeira demonstrará a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

c.1) O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.

c.2) O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c.3) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente serão aceitos os balanços dos dois anos imediatamente anteriores.

c.4) Os documentos exigidos no item “b” limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.5) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém-constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

d) certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade;

e) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta. (constante do Anexo XI).

7.5 Necessidade de apresentação de amostras: Não se aplica.

7.6 Indicação de pessoal técnico adequado:

7.6.1 A Contratada deverá designar Responsáveis Técnicos pela execução, obrigatoriamente detentores de acervo técnico comprovado pelos atestados do item 7.2.2. Esses profissionais deverão responsabilizar-se pela execução dos serviços, bem como supervisioná-los, nas condições definidas neste Projeto Básico, devendo durante toda a vigência contratual inspecionar pessoalmente as instalações para execução, instrução, conferência e garantia da qualidade técnica.

7.6.2 As ARTs referentes aos serviços deverão ser apresentadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do Contrato.

7.6.3 A Contratada designará formalmente pelo menos um preposto e um substituto para lhe representar frente à Administração nas tratativas de caráter técnico-administrativo essenciais à normal execução contratual, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

24 / 26





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ



Prepostos”) e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto que integrará o edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do Contrato.

7.6.3.1 Deverá ser demonstrada a competência do signatário para delegar poderes aos prepostos, mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações etc.).

7.6.3.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.6.4 Toda a comunicação oficial entre o Município de Foz do Iguaçu/PR e a empresa contratada, por meio de seu preposto e responsáveis técnicos, dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Informações Digitais – SID (Sistema de Informações Digitais), no qual a contratada deverá estar previamente cadastrada, e, quando aplicável, por meio do sistema de **protocolo digital** do Município.

8 VALOR ESTIMADO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CONTRATAÇÃO

8.5 O custo estimado total da contratação é de **R\$5.237.362,67 (cinco milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos)** conforme custos unitários apostos no ETP, anexo deste Projeto Básico.

8.5.1 O referido custo foi estimado conforme disposto no Decreto nº 32.397/2024, observada a ordem de utilização dos parâmetros da pesquisa de preços, sem acréscimo de parcela referente à remuneração do risco.

8.6 Os preços propostos pelas licitantes deverão considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre todas as etapas dos serviços e do fornecimento, ainda que não explicitados nas tabelas, além do lucro da licitante. As planilhas são orientativas, ou seja, é de inteira responsabilidade dos licitantes as quantidades e valores necessários à feitura perfeita e completa dos serviços. A Contratada não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Município de Foz do Iguaçu/PR.

8.7 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pelas seguintes dotações e recursos:

- 12051-PMFI/SECID/PRANACIDADE CONVENIO 151/2026 RECAPEAMENTO ASFALTICO VIAS URBANAS (12051)
- 1644-PMFI/CEF-OPERAÇÃO FINISA LEI NR. 5.310/2023 e 5388/2024-Despesas de Capital e Infraestrutura e Escolas.

8.8 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Foz do Iguaçu, 5 de maio de 2026

Datado e assinado digitalmente

Elaborado por:

Joel Lopes da Silva
Técnico em Pavimentação

Rafael Possatto
Engenheiro Civil Júnior

Aprovado por:

Valdir Lavinicki
Secretário Municipal de Obras Interino

Ciência de (conforme declaração de gestor e fiscais):

Fabio Cardoso Neves; Andressa Bianco Estruzani, Anne Gabrielle Ferreira dos Santos.



2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **PROJETO BÁSICO**

Número: **134/2026**

Assunto: **PROJETO BÁSICO RETIFICADO LOTE 01 PARANACIDADE- CONFORME PA 310/2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
2c65d019-f6d7-41b5-8d62-2b4223ea11cc

Hash do Documento

E77ABE868A0F804AB38E6ABB84F248A144DC12166968ABD5D44C59FBED6D8D3F

Anexos

3.0- PROJETO BÁSICO - JULES RIMET, JULIO DELAMARE, PARANAPANEMA.pdf -
6bdef024-ee1f-4895-81bb-868147643e42

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/05/2026 é(são) :

VALDIR LAVINICKI (Signatário) - CPF: ***09358934** em 05/05/2026 16:38:10 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FÁBIO CARDOSO NEVES (Signatário) - CPF: ***41163984** em 05/05/2026 16:00:11 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

ANNE GABRIELLE FERREIRA DOS SANTOS (Signatário) - CPF: ***37677980** em 05/05/2026
15:58:53 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

ANDRESSA BIANCO ESTRUZANI (Signatário) - CPF: ***61633926** em 05/05/2026 16:30:05 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

JOEL LOPES DA SILVA (Signatário) - CPF: ***42709968** em 05/05/2026 16:16:32 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

RAFAEL POSSATTO (Signatário) - CPF: ***82110933** em 05/05/2026 16:10:25 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.